



GEPAD EM QUARENTENA – NÚMERO 26

A dinâmica da agricultura familiar do Nordeste e o desafio do abastecimento no contexto de pandemia: oportunidade para se reinventar

Emanuel Márcio Nunes

Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS)

Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN)

Não é de hoje que os agricultores familiares, especialmente os do Nordeste do Brasil, encaram desafios: longos períodos de estiagens, políticas regionais equivocadas, mercados frágeis e instáveis, entre outros. E desafios como estes reproduziram por décadas uma atividade rural precária caracterizada pela ausência de políticas que possibilitassem suporte quanto à organização coletiva, acesso a crédito e orientação técnica, no sentido de construir e consolidar mercados. No entanto, determinado avanço é percebido quando políticas do início dos anos 2000 com foco na demanda vêm numa tentativa de conexão para construir interface com políticas dos anos 1990 com foco na oferta. As primeiras, especialmente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), buscaram suprir carências de mercado geradas pelas segundas, ou seja, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e as ações de ampliação da Reforma Agrária. E foi na esteira das políticas com foco na demanda dos anos 2000 que a capacidade de abastecimento da agricultura familiar nordestina foi colocada em teste, no sentido de estabelecer diálogos e realizar pactos com diferentes segmentos visando a aplicabilidade dessas políticas. Diante desse desafio, os agricultores familiares reagiram criando, nesse período recente, a maioria das cooperativas existentes viabilizando arranjos

institucionais locais capazes de acessar e abastecer mercados através de feiras semanais, centrais de venda direta, entre outras estratégias, resgatando a diversificação da agricultura familiar e valorizando recursos locais e culturas tradicionais nos processos de produção, processamento e comercialização de alimentos. No entanto, o desmonte dessas políticas de foco na oferta e as de foco na demanda nos últimos seis anos vem colocando os agricultores familiares e suas organizações coletivas em um cenário de vulnerabilidade e de incerteza, pois coloca em risco a manutenção e funcionamento de uma estrutura ainda frágil construída e dos mercados alcançados, especialmente o institucional.

O contexto atual da pandemia do coronavírus coloca uma dificuldade ainda maior para os agricultores familiares e suas organizações coletivas, pois a pressão da demanda por produtos básicos de alimentação com vistas ao consumo em período de isolamento exige uma capacidade ainda maior de logística para garantir que não haverá desabastecimento de alimentos. A grande preocupação desde que as contaminações comunitárias foram confirmadas no Brasil, o comportamento do consumidor urbano tem sido o ponto mais observado tendo em vista a necessidade da manutenção da normalidade do abastecimento alimentar. A Associação Brasileira da Indústria de Alimentos e a Associação Brasileira de Supermercados, pelo lado empresarial, tem monitorado o abastecimento de alimentos diariamente nas grandes cadeias de supermercados, e a logística de abastecimento e os estoques de alimentos são gerenciados para estarem dentro da normalidade, inclusive para aumentar o abastecimento, caso necessário. Mas, e os agricultores familiares?

No campo, para os agricultores familiares o que preocupa é a logística de distribuição que se apresenta ainda bastante precária para o abastecimento alimentar em um contexto de pandemia. O exercício realizado por agricultores familiares vinculados às cooperativas tem se mostrado um esforço extraordinário para atender pedidos com o máximo de eficiência. As cooperativas dos agricultores familiares ainda não possuem uma estrutura de distribuição suficiente e não conseguem evitar atrasos em entregas, produtos em menor quantidade e itens faltando para os consumidores. Com o aumento dos pedidos domiciliares, aumentou consideravelmente a demanda para entrega de alimentos da agricultura familiar em domicílios. Com isso, unidades residenciais e condomínios têm cada vez mais demandado produtos da agricultura familiar, especialmente pelo conceito de alimentação mais saudável, gerando uma oportunidade valiosa de mercado para alimentos produzidos nas proximidades urbanas. O grande problema tem sido a ausência e deficiência de planejamento e as formas muitas vezes inadequadas de entrega domiciliar, geralmente feitas em veículos dos próprios agricultores (carros de passeio, pequenas e antigas motocicletas, utilizando carros de linha de terceiros, etc.), além de acomodação deficiente e sem uma apresentação apropriada.

Dessa forma, a produção dos agricultores familiares do Nordeste brasileiro enfrenta o desafio da organização, do planejamento e da logística, onde o contexto de pandemia tem afirmado a necessidade urgente de ajustes, e, conseqüentemente, da reinvenção da agricultura familiar. Em um contexto em que a importância do papel do consumidor só cresce, o desafio posto para os agricultores familiares e suas organizações coletivas é o de fazer o alimento chegar com pontualidade, quantidade e qualidade à mesa desse consumidor, e

pelo caminho mais curto e viável. Para isso deve-se aproveitar essa oportunidade para garantir o abastecimento alimentar diante de uma economia em profunda crise e que já se encontrava estagnada e com as políticas para a agricultura familiar sendo plenamente desmontadas e destruídas.

A chegada da pandemia do novo coronavírus em um momento de estagnação econômica tende a forçar ações ditas "neoliberais" a tomarem caminhos no sentido contrário das suas concepções (resgatando fortemente a perspectiva keynesiana) e elevar o gasto público para estratégias de redução das vulnerabilidades, onde o investimento público deverá se tornar o incentivo maior para viabilizar estruturas econômicas produtivas. Esse é o cenário que os agricultores familiares e suas organizações se encontram, e onde a crise gerada pela pandemia do novo coronavírus força para ajustes no sentido de a agricultura familiar dar conta da sua missão que é a produção de alimentos e a sua eficiente distribuição e abastecimento. Esse é, de fato, o grande desafio que é colocado para o segmento da agricultura familiar.

E a reinvenção da agricultura familiar, especialmente a do Nordeste do Brasil, passa por medidas de antecipação, onde tomando por base a crescente importância do papel dos consumidores os problemas de planejamento e logística devem ser superados, associando a eles processos de reestruturação das cadeias produtivas de alimentos. Cabe ressaltar que nesse momento de crise da pandemia do novo coronavírus, a não superação desses problemas por parte da agricultura familiar pode, inclusive, reproduzir a lógica do modelo "mill-marshalliano", que fez do mercado o instrumento de uma intensa transferência intersetorial em detrimento quase que total da agricultura. Isso pode, muito provavelmente, fazer com que a agricultura familiar permaneça cada vez mais distante da possibilidade de se afirmar como segmento importante capaz de reter a renda gerada e proporcionar densidade econômica e tecido social através da dinamização de mercados locais e regionais. E para o desafio de superar os problemas citados, não se deve desconsiderar o importante papel das organizações coletivas, em especial as cooperativas dos agricultores familiares, inclusive as de crédito, como entidades de caráter social e econômico capazes de facilitar a viabilização das diversas formas de produção, de processamentos e de distribuição voltados para o abastecimento alimentar. Além disso, a reinvenção no momento de crise da pandemia do novo coronavírus passa pela capacidade da agricultura e de suas organizações coletivas de se impor e propor ao Estado um plano estratégico com clareza para definir o seu lugar como segmento protagonista do desenvolvimento, em especial do meio rural.

Por fim, isso passa por caminhos bem coordenados que levem a processos de aprendizados para os agricultores familiares, através de metodologias de qualificação, da adoção de formas financeiras mais ágeis para as compras, a exemplo do uso de cartões, utilização de contas correntes e aplicativos de transferência, entre outros. E para a garantia de abastecimento alimentar em contexto de crise, se fazem necessários processos legais de certificação para a inserção e construção de mercados, onde a confiança entre o agricultor familiar que produz no meio rural deve ser estabelecida no mais alto nível com o consumidor que compra na cidade, e que tem neste contexto o consumidor tem um papel cada vez mais importante.
